

Estados são partidários de 2 alternativas

BRASÍLIA — Os governadores levaram ao presidente José Sarney duas propostas: a solução conjunta para as dívidas externa e interna segundo fórmula obtida em reunião de todos os secretários da Fazenda com a Comissão Mista de Orçamento, e outra, parcial, envolvendo apenas a dívida externa, no esquema de graduação pelo total do endividamento, desde que firmado compromisso do governo para tratar em negociações à parte os casos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná, prejudicados pela fórmula.

Na concepção dos secretários de Fazenda, deve permanecer em 1989 o antigo esquema para a dívida externa, ou seja, pagamento de 25% da dívida a vencer, e rolagem de 100% do estoque (dívida vencida), inclusive juros. Os 75% não pagos engrossam o estoque rolado. Para a dívida interna, propõem rolagem de 100% do principal, com pagamento de 50% dos juros, em vez dos 100% pagos hoje. A proposta contém grande acordo estrutural — a ser firmado com o governo e a constar de lei financeira — em que os estados destinariam um percentual da totalidade de suas receitas correntes ao pagamento da dívida, junto com a definição dos anos em que ficarão adimplentes.

Na segunda opção, os estados aceitam a proposta do governo para resolver o problema da dívida externa e deixam para depois a dívida interna, que não tem aval e não está no orçamento, com o objetivo de obter melhor negociação. A justificativa é a urgência de encontrar solução para a dívida externa. Entretanto, impõem uma condição ao governo: a gradação, com rolagem de 100% para quem deve até US\$ 300 milhões, o pagamento de 10% para quem deve entre US\$ 300 e US\$ 500 milhões, 20% para dívida de US\$ 500 milhões a US\$ 1 bilhão e 25% de pagamento para os devedores além desse limite. Mas exigem acordo em separado, com São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná, os maiores devedores.

Os governadores que estiveram com o presidente José Sarney antes da reunião, Álvaro Dias, Tarcísio Burity e Henrique Santillo, informaram que o presidente estava disposto a negociar e até aceitar soluções diferenciadas para os estados mais endividados. Talvez por isso, segundo interpretação de um governador, a pessoa do presidente tenha sido poupada na reunião, o que não ocorreu com sua equipe econômica.